P. Pessôa
Gen. Bda.

Primeira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional

Aos vinte e oito dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e trinta e quatro, reuniu-se, no salão de despachos do Palacio do Catete, sob a presidencia do Senhor Presidente da Republica Doutor Getulio Dornelles Vargas, o Conselho Superior de Segurança Nacional, creado pelo decreto numero vinte e tres mil oitocentos e setenta e tres de quinze de Fevereiro de mil novecentos e trinta e quatro, e modelado pelo Decreto numero sete de oito de Agosto de mil novecentos e trinta e quatro em consequencia de sua incorporação á Constituição Federal de dezesseis de Julho do mesmo anno referido. Estiveram presentes os seguintes membros: Doutor Vicente Ráo, Ministro da Justiça; General de Divisão Pedro Aurelio de Góes Monteiro, Ministro da Guerra; Vice-Almirante Protogenes Pereira Guimarães, Ministro da Marinha; Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda; Doutor João Marques dos Reis, Ministro da Viação e Obras Publicas; Dr. Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho; Doutor Adelpho Braga, Ministro da Agricultura; Doutor Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saude Publica; General de Divisão Benedicto Olympio da Silveira, Chefe do Estado Maior do Exercito e Vice-Almirante Henrique Aristides Guillhem, Chefe do Estado Maior da Armada. Acompanhou os trabalhos o General de Brigada Pantaleão da Silva Pessôa, secretario geral do Conselho. Deixou de comparecer o Senhor Ministro do Exterior Doutor José Carlos de Macedo Soares, por estar ausente da Capital da Republica. Assistiram a primeira parte da reunião que teve caracter publico, os Senhores Coronel Mario Aragão Pires, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral de Segurança Nacional, o Tenente-Coronel João Baptista de Magalhães, Chefe de Secção do Estado Maior do Exercito, o Tenente-Coronel Amin Teixeira dos Santos, Chefe da Terceira secção da Secretaria, o Capitão de Corveta Affonso Celso de Oliveira Preto, official adjunto da terceira secção da Secretaria, outros officiaes da Secretaria e Ajudantes de Ordens. Abriu a sessão o Senhor Presidente da Republica, o qual principiou congratulando-se com os presentes por aquella primeira reunião do Conselho Superior de Segurança Nacional, feita já em obediencia ao artigo cento e cincoenta e nove da Constituição de dezesseis de Julho do anno a findar. Disse que o Conselho não era um orgão technico militar e sim um complemento da organização politica do paiz, para facilitar o exercicio do poder civil e estabelecer a indispensavel coordenação entre as actividades dos differentes ministerios, tendo em vista a Segurança Nacional. Alludiu a circumstancia feliz de estar o Brasil sem preoccupação na sua politica internacional, pois eram bôas as suas relações com todas as nações, especialmente as do Continente. Entretanto, a guerra moderna surgia e se realisara com tal violencia e pretexta que as nações não podiam despreoccupar-se da sua possibilidade e deixar de orientar os seus meios e interesses para uma defesa opportuna. Acrescentou ainda que nada poderia realisar a Nação se confiasse nas "improvisações", porque os modernos instrumentos de guerra perturbam facilmente todas as actividades e só poderiam deter-se ante uma organização prevista, estudada e bem coordenada. Confiava em que o Conselho prestaria bons serviços e esperava que para isso muito todos os seus membros concorressem dedicadamente. Em seguida concedeu a palavra ao Snr. General Góes Monteiro, Ministro da Guerra. Sua Excellencia principiou felicitando ao Snr. Presidente da Republica por aquelle acertado passo que era a instituição e funccionamento de um orgão indispensavel para a Segurança Nacional. Disse que o desconhecimento da feição moderna da guerra, que attinge a vida em todos os locaes e aspectos, que fez das mascaras contra-gases, artigos escolares, que obriga ás populações do interior como a das fronteiras a prepararem abrigos para se defenderem das incursões inimigas e põe em risco tanto as creanças em suas "creches", os velhos nos asylos, como os soldados na frente, admitiria a imprevidencia diante de tão graves possibilidades. Desejava bastante que estivessemos longe de uma tal ameaça, mas não encontraríamos base nem desculpas para considera-la

impossivel. Estendeu-se depois sobre a collaboração de todas as actividades nacionaes tendo em vista uma defesa efficiente e mostrou que era preciso baixar á previsão, ao estudo e a preparação das menores particularidades, porque o inicio das hostilidades acompanharia á propria declaração de guerra, si está obedecer a todas as regras cavalleirescas do direito das gentes. Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Republica que o attingiram, por ter-se batido pela organisação que vinha de iniciar suas actividades e terminou manifestando grandes esperanças na actuação patriotica do Conselho. Em seguida tomou a palavra o Doutor João Marques dos Reis, Ministro de Viação e Obras Publicas. Disse que, sendo a presente reunião destinada á installação do Conselho Superior de Segurança Nacional, bem proprias e opportunas se lhe afiguraram algumas considerações em torno de factos que se vem, nestes ultimos dias, desenrolando com relação ao Departamento de Correios e Telegraphos do seu Ministerio. Effectivamente, no momento em que se installa aquelle apparelho instituido pela Constituição Federal, e havendo escutado, com a devida attenção, o discurso do seu eminente companheiro, o Senhor General Ministro da Guerra, sente que nem será possivel cogitar de medidas acautelatorias da Segurança Nacional, encarado o paiz nas suas relações com os outros paizes, si dentro do territorio nacional, não fôr o governo uma entidade capaz de assegurar a ordem publica, o respeito á Constituição e as Leis, e a bôa marcha da administração. No que diz com a chamada greve dos Correios e Telegraphos informou que o seu Ministerio, embora não considerando inimigos os funccionarios desviados, não poderia manter atitude diversa da que vem desenvolvendo em face do insulto atirado ao governo e a organisação juridica em que vivemos, certo, como é, que greve representaria verdadeira e perigosissima autofagia, não tendo por si nem o amparo de uma apparente represalia á falta de cumprimento de qualquer promessa ou compromisso do governo. Em verdade sendo pretexto para o movimento o facto de não haver o governo encaminhado ao Poder Legislativo um projecto de reajustamento de vencimentos, organisado pelos interessados, não é exacto que, com tal attitude, haja o governo alterado a sua modelar sinceridade em face das justas aspirações do funccionalismo postal-telegraphico. Tendo concedido gratificação provisoria, destinada a vigorar até que se faça o systematico e estudado reajustamento geral, manteve-o no orçamento de Mil novecentos e trinta e cinco e providenciára para a necessaria supplementação de verba. Mas se é certo que sem disciplina, sem ordem, sem organisação, nada poderá subsistir na vida dos povos, não é possivel que se considere apanagio ou exclusiva obrigação das classes militares, esse dever e essa força da disciplina. O funccionalismo publico tambem está ligado pelo juramento de bem servir, com lealdade e disciplina, e, ou se mantem o principio e o prestigio, impessoal, da autoridade ou nem haverá motivos para nos occuparmos com outros assumptos superiores de Segurança Nacional. Em continuação, o Senhor Presidente da Republica declarou que a sessão passava a ser secreta. Retiraram-se todos os presentes que não faziam parte do Conselho. Tomou, então, a palavra o Senhor Ministro da Fazenda Dr. Arthur de Souza Costa. Sua Excellencia apresentou copiosa documentação sobre a situação financeira decorrente dos compromissos nacionaes. Expoz methodicamente o levantamento que realisára para a apuração desses compromissos e mostrou como uns emprestimos derivaram de outros anteriores, provando que as facilidades trazidas pela realisação de cada emprestimo novo, em regra, serviam a novos despedicios ou realisações inoportunas, sem qualquer consideração com os encargos crescentes do Thesouro Nacional. Discorreu sobre as interpretações doutrinarias invocadas e concluiu pela eloquente simplicidade logica das perturbações oriundas de um regimen de deficits accumulados, ou de despezas que não se subordinaram aos recursos que o thesouro podia fornecer. Combateu a idéa, lançada alhures, da suspensão dos pagamentos, argu

mentando com a confiança indispensavel aos negocios e a attração dos capitaes. Terminou mostrando que cumpria ao Governo attender aos seus compromissos directos, antes de satisfazer a manutenção do commercio, ou melhor, das transacções commerciaes feitas em plena liberdade para satisfazer interesses individuaes, nem sempre harmonicos com as necessidades do paiz e, muitas vezes sem uma reciprocidade aconselhavel para compensar sacrificios sem finalidades immediatas e portanto indicados para épocas melhores. Logo depois tomou a palavra o Senhor General de Divisão Benedicto Olympio da Silveira, Chefe do Estado Maior do Exercito. Disse sua Excellencia que infelizmente não tinha razões para aconselhar a protelação de algumas providencias indispensaveis á Segurança Nacional. As fraquezas decorrentes da condescendencia reinante, como a fonte sobre o Uruguay e os tratados de commercio, tambem constituiam motivos para precauções afim de compensar o augmento de superficie de contacto. Cabia-lhe lembrar as difficuldades de transportes para o Sul e a imperfeição do mar, mesmo para a navegação ora existente. Lembrou as vantagens economicas do desenvolvimento das rodovias e do melhoramento do trafego da São Paulo-Rio Grande. Essas precauções haviam sido tomadas pelos nossos visinhos e eram constantemente ampliadas; tambem convinha accentuar que elevavam os serviços de recursos materiaes bem superiores aos que conseguimos colher e reunir depois das perturbações que recentemente nos afligiram. Cumpria-lhe dever afirmando com franqueza, para salvaguarda de futuras responsabilidades, que haviamos attingido a um limite de recursos bellicos, insufficiente para a propria instrucção de paz. Queria que o Conselho Superior de Segurança Nacional ficasse orientado para conduzir a sua politica sem contar com sorpresas que seriam culpiveis para um paiz de grande população e extensas fronteiras. Nessa occasião, o Ministro Dr. Gustavo Capanema alludiu sobre a conveniencia de desenvolver as industrias militares. Sobre este assumpto trocaram-se diversas ponderações tendentes a esclarecer até onde poderiam ir taes industrias e sobre a possibilidade de serem ellas compensadoras no momento actual. Por fim o Senhor Presidente deu permissão ao Secretario Geral para dizer algumas palavras. Este felicitou o Conselho Superior pelos interessantes debates com que se coroou aquella primeira Sessão. Tinham sido tratados assumptos de grande relevancia com verdadeiro calor, desde as considerações disciplinares despertadas no espirito do Senhor Ministro da Viação até aos pennos e transportes de que tratou o Senhor General Chefe do Estado Maior do Exercito. Pedia ao Conselho Superior e, no mesmo sentido faria um appello ao Senhor Ministro da Viação para marcar aquella reunião solemne com uma resolução, uma obra de significação defensiva e lembrava a construcção de um ramal rodoviario, tirado da estrada Apucarana - Bella Vista para Porto Murtinho, obra de particular interesse para o nosso commercio com as Republicas visinhas naquella região e para uma assistencia militar mais activa em trechos da fronteira que dava a impressão de se estar desmoralisando. O pedido merecia approvação immediata do Senhor Presidente da Republica, ficando ali deliberado considerar o ramal alludido entre as obras a serem contempladas pelo orçamento de mil novecentos e trinta e cinco. E como não houvesse mais assumptos para discussão urgente, resolveu o Senhor Presidente levantar a sessão determinando que se lavrasse esta acta a ser lida, approvada e assignada na sessão seguinte. Eu General de Brigada Pantaleão da Silva Pessôa a escrevi e assignarei com todos os membros do Conselho Superior de Segurança Nacional, si assim me fôr determinado.

Getulio Vargas
Vicente Rao
Marques dos Reis.

CASA CIVIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

Pedro Aleixo
Juarez Távora
Eurico G. Dutra
Agamenon Magalhães
J. de Mello Franco
Gustavo Capanema
Waldemar de Mello Vianna
Henrique Aristides Guilhem

Segunda Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional.

Aos nove dias do mez de Outubro do anno de mil novecentos e trinta e cinco reuniu-se no Salão de despachos do Palacio do Catete, sob a presidencia do Senhor Doutor Getulio Dornelles Vargas, Presidente da Republica, pela segunda vez o Conselho Superior de Segurança Nacional. Compareceram a esta sessão o Doutor José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores; Doutor Vicente Ráo, Ministro da Justiça; General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro da Guerra; Vice-almirante Protogenes Pereira Guimarães, Ministro da Marinha; Doutor Souza Costa, Ministro da Fazenda; Doutor João Marques dos Reis, Ministro da Viação e Obras Publicas; Doutor Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho; Doutor Odilon Braga, Ministro da Agricultura; Doutor Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saude Publica; Vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, Chefe do Estado Maior da Armada e General de divisão Pantaleão da Silva Pessôa, Chefe do Estado Maior do Exercito. Acompanharam os trabalhos o General de Brigada Francisco José Pinto, secretario geral do Conselho, o Capitão de fragata Adalberto Landim, chefe interino do Gabinete da Secretaria Geral de Segurança Nacional e Capitão Alexandrino Pereira da Motta, adjunto da mesma Gabinete. Ás vinte e uma horas e vinte minutos declarou o Senhor Presidente da Republica aberta a sessão e mandou o Secretario Geral proceder á leitura da ata da sessão anterior, a qual, posta em discussão, foi pelo Senhor Presidente declarada approvada. Disse, então, o Senhor Presidente que fez convocar esta sessão a pedido do Senhor Ministro da Guerra, a quem concede a palavra. Tomando a palavra, leu o Senhor Ministro da Guerra o seguinte discurso: " Meus Senhores. A presente reunião foi minha solicitada ao Senhor Presidente e, se lhes estou tomando o tempo, é porque o assunto tem a maior actualidade e relevancia. Ninguem ignora o momento que o mundo atravessa, ninguem hoje, por mais pacifista que seja, póde de boa fé acalentar a fagueira utopia da paz universal. Estamos vendo com os fatos que se desenrolam no oriente africano, apesar de todos os esforços da Liga das Nações, que os homens são sempre os mesmos, egoistas impiedosos que acima de tudo colocam os seus interesses... O que Lafontaine estereotipou na fabula "O Lobo e o Cordeiro" será até o consumar dos seculos uma verdade: "o direito do mais forte é sempre o melhor!" Nessas condições, attento o estado de fraqueza do nosso exercito para a guerra, não a guerra de agressão, de conquista, mas, como é de nossa indole, para uma guerra de defesa de nossa honra, do territorio de nossa Patria, entendi ser dever meu, actual detentor da pasta da guerra, vir dizer-vos, para que o saibaes e para não mentir á Nação, qual o nosso estado de precariedade para o cumprimento da nossa finalidade. Sem entrar em detalhes que deixo ao encargo do General Chefe do Estado Maior do Exercito, farei aqui ligeiro esboço do nosso quadro. Vejamos o que temos: Aviação: Aviões escola (aviões de aprendizagem) em tão pequeno numero só que temos, ha pouco e ás pressas, para não parar a instrução, que comprar administrativamente trinta nos Estados Unidos; Aviões de caça uns Boyings que trouxe o Ministro